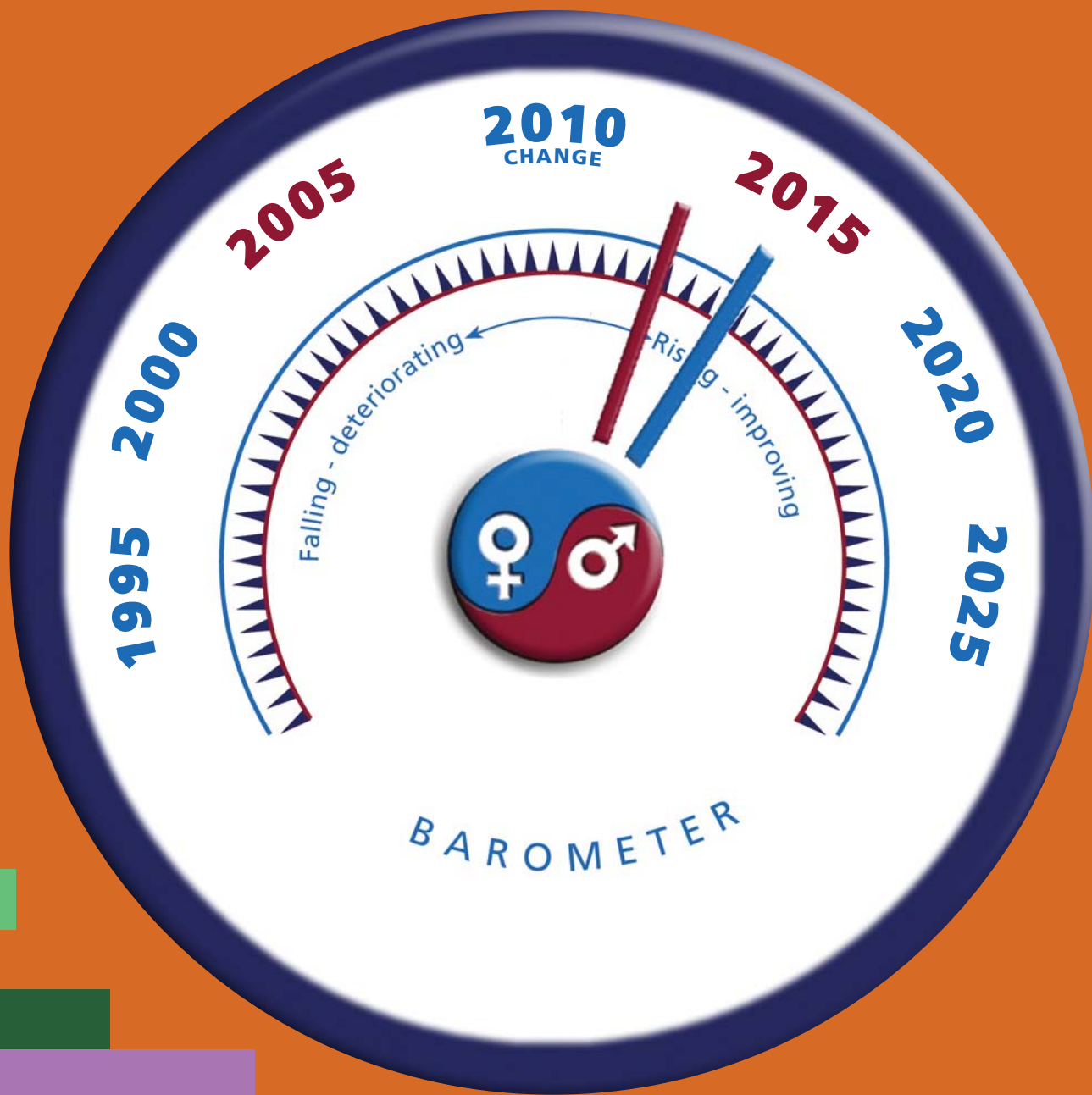


Extractos do

PROTOCOLO DE GÉNERO DA SADC **2013**

# BARÓMETRO



Editado por Colleen Lowe Morna,  
Kubi Rama, Lucia Makamure e  
Mukayi Makaya-Magarangoma

# Notas do editor



O Barómetro de 2013 é o quinto da série dos Barómetros, um marco anual para monitorar, denunciar e envergonhar, na crítica contagem decrescente até 2015. Este ano, uma nova característica em cada capítulo é a **caixa de monitoria** desde 2009 até 2013; com uma coluna no fim mostrando as metas de 2015. O fosso entre 2013 e 2015 é uma das grandes preocupações deste Barómetro. A Aliança do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento começou com o lema “acelerando a igualdade do género na SADC”. Ela tornou-se: “A hora é agora”. Nestes tempos de Barrack Obama, o lema mudou para “Sim, podemos.” Agora o lema é um grito urgente: “Sim, devemos!”.

Com a entrada em vigor em Setembro de 2012 do Protocolo da África Austral sobre Género e Desenvolvimento, a Aliança acredita que os governos devem ser responsabilizados no período remanescente até 2015: o prazo para a implementação das 28 metas do Protocolo e ODM 3. Como representantes do sector do género do Conselho das ONGs da Comunidade do Desenvolvimento da África Austral (SADC - CNGO), a Aliança está também activamente engajada nas deliberações pós-2015.

No que diz respeito à igualdade do género e empoderamento da mulher, as discussões focalizaram sobre os impedimentos estruturais para a plena igualdade do género (ONU Mulher, 2013). O progresso rumo ao alcance dos actuais ODMs sobre a igualdade do género demonstra que algumas metas preconizadas nos ODMs podem ser satisfeitas mas não lidam com

as preocupações estruturais que permitem que as desigualdades do género persistam. Por exemplo, a matrícula de raparigas na escola primária (mesmo secundária) pode alcançar a paridade ou chegar aos 100%, mas isso não se traduz em as estudantes ganhar acesso à educação superior ou ter oportunidades iguais para o mesmo tipo de emprego como os estudantes (ONU Mulher, 2013).

Através de várias auscultações para se lidar com as Metas do Desenvolvimento Sustentável pós-2015, e notavelmente o documento dos Resultados da Cimeira de Rio +20, a prioridade tem sido uma meta transformativa e única sobre igualdade do género e empoderamento da mulher com três componentes e para indicadores específicos do género para outras metas. As três componentes da proposta meta são: Os debates pós-2015 vingam o exercício há oito anos, durante a avaliação de Beijing Mais Dez, para um instrumento sub-regional que abarce os cometimentos existentes sobre igualdade do género e melhora-os através de metas calendarizadas, cobrindo dez áreas temáticas que abarcam liberdade da violência; capacidades e recursos; voz, liderança e participação. Na verdade, o Protocolo da SADC sobre Género surgiu antes do seu tempo. O Barómetro de 2013 toca em vários aspectos da agenda Pós-2015. Mas o seu principal enfoque é para agora, sobre o que acontece nos próximos dois anos.

Como nos anos anteriores, o Barómetro alimenta-se duma rica e crescente base de dados dos estudos de caso do Protocolo da SADC em @çção - 75 estudos de caso de 13países; muitos foram tirados das cimeiras do Protocolo da SADC em @çção que tiveram lugar em 12 países da SADC antes da cimeira regional em Joanesburgo, em 2013 (vide Tabela II).

**Tabela 1: Estudos de caso sobre o Protocolo da SADC em @çção usados no Barómetro 2013**

Tema	Angola	Botswana	RDC	Lesoto	Madagascar	Malawi	Maurícias	Mocambique	Namibia	Seychelles	África do Sul	Suazilândia	Tanzania	Zambia	Zimbábue	Regional
Constitucional e legal						1		1				1			1	4
Governança			1		1		1				1				2	6
Educação				1			1		2			1				5
Economia		2		1							1			2	2	8
VBG		1		1		1	2	1	1		2			1		10
Saúde			1		1	1		1			1	1			2	8
HIV						1					1	1	1	2	1	7
Edificação da Paz		1											1		1	2
Comunicação Social					1	3	1				1				2	3
Implementação						1					1			1	1	2
Mudanças Climáticas				1	2			1						1		5
<b>Total</b>		<b>4</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>3</b>		<b>8</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>12</b>	<b>7</b>

# Sumário Executivo

A Cimeira regional do Protocolo da SADC em @çã, na qual participaram mais de 300 pessoas em Abril de 2013, lançou um grande relógio fazendo a contagem decrescente para o dia da SADC, 17 de Agosto de 2015: meses, dias, horas, minutos e segundos. Os finalistas das 12 cimeiras nacionais realizadas durante Março e inícios de Abril competiram entre si para prémios pelo trabalho de empurar a agenda do género para frente. Todos tinham uma mensagem: *sim, podemos* e *sim, devemos!* A antiga vice presidente sul-africana, Phumzile Mlambo-Ngcuka, que em Agosto de 2013 assumiu a posição da ONU Mulher, fez o seguinte discurso.

“Pese embora termos dado grandes passos na emancipação da mulher, a justiça do género e a luta da mulher continuam um desafio, desde a violência baseada no género, altos índices de pobreza entre as mulheres, exclusão de mulheres em posições significativas, o fardo da doença e mais. O nosso trabalho ainda não terminou,” disse. “Precisamos de trabalhar muito mais para mobilizar instituições chave na sociedade: as nossas igrejas, escolas, órgãos desportivos, que devem continuar a luta. Precisamos também de ampliar a base visto serem necessárias muitas mais pessoas para que ultrapassemos as complexas batalhas que enfrentamos. Como soldados rasos nesta luta, precisamos de continuar a liderar de frente, de trás e dos lados.”

“Como povos da SADC, usemos o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento para entrincheirar e avançar a causa das mulheres nos nossos países. O Protocolo deve ser um documento vivo em todos os nossos países: devemos levá-lo aos povos.”

No geral, o Índice de Género e Desenvolvimento da África Austral (SGDI) permaneceu estagnado em 66%. Existem tantas luzes vermelhas como luzes verdes em ambas o sumário narrativo (Tabela III) e os dados (Tabela IV). Esta pontuação é uma medida empírica do progresso de 23 indicadores para os quais obteve-se dados em todos os países. Cobrem seis dos dez sectores da SADC: governação, educação e formação, justiça económica, HIV e SIDA, comunicação social, informação e comunicação.

Mas o grande notícia deste ano é que homens e mulheres na África Austral deram aos seus governos uma pontuação de 66% - nove pontos percentuais acima do ano passado - usando o Cartão de Classificação do Cidadão (CSC) que foi administrado à 8860 cidadãos: 4787 mulheres e 4073 homens (uma amostra quatro vezes maior que o ano passado).

Diferente do SDGI, o CSC basea-se nas percepções e captura as nuances que não são incorporadas nos dados empíricos. Por exemplo, enquanto o SGDI regista o nível de ingressos de rapazes e raparigas, o CSC inclui aspectos qualitativos como a segurança nas escolas e preconceito



Marchando: delegação zambiana à Cimeira do Protocolo da SADC em @çã. Foto: Gender Links

de género nos currícula. O CSC também cobre os quatro sectores para os quais não existe pontuação para o SGDI porque são de mensuração difícil - direitos constitucionais e legais, GBV, edificação da paz, e implementação. Este arranque de optimismo mostra que homens e mulheres começam que as preocupações do género estão na agenda, mesmo se as suas realidades objectivas não mudaram muito.

A Aliança do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento - 15 redes nacionais e oito grupos temáticos que fizeram campanha pelo protocolo, sua ratificação e agora a sua implementação - está a levar a campanha até grandes alturas na contagem decrescente até 2015.

O *Think Tank* ou grupo de trabalho da Aliança vai levar as principais constatações do Barómetro para a reunião paralela da sociedade civil na Cimeira dos Chefes de Estado da SADC, no Malawi, em Agosto de 2013: é a primeira vez que tal encontro será presidida por uma mulher presidente. A principal mensagem aos líderes é de que não apenas o tempo está a se esgotar, mas também que há novas prioridades e preocupações na agenda.



Desde Novembro de 2011, a Aliança tem estado a conduzir a campanha para a adopção duma Adenda ao Protocolo da SADC sobre Género e Mudanças Climáticas. Numa reunião realizada em Maputo, em Fevereiro de 2013, no auge das inundações nas Maurícias que ceifou várias vidas, os ministros do género aceitaram o princípio da Adenda. Desde então a luta tem sido sobre a integração do género no futuro Protocolo da SADC sobre Mudanças Climáticas, ou apensar uma adenda ao Protocolo do Género. A Aliança argumenta a favor de ambas as posições.

Com dez eleições na região entre Agosto de 2013 e Dezembro de 2015 (incluindo Malawi), a Aliança vai ter como alvo a Cimeira de 2013 dos Chefes de Estado da SADC para dar um empurrão significativo, sob a liderança da Rede de Coordenação de ONGs do Género - NGO GCN - o ponto focal da Aliança no Malawi.

**Tabela I: Sumário dos desafios e progressos ao longo do ano passado**

Luz vermelha	Luz verde
<b>Direitos Constitucionais e legais</b>	
Cinco países da SADC ainda têm cláusulas "atrasadas" nas suas constitucionais que minam as disposições sobre igualdade do género. A recente sentença no Tribunal Constitucional de Lesoto negando a filha dum chefe o direito de sucessão enfatiza valores patriarcais profundamente enraizadas	Dez países da SADC encetaram reformas legais deste ou aquele tipo que têm um impacto sobre o género desde o primeiro Barómetro em 2009. Em 2013, o Zimbabwe adoptou uma nova constituição na qual as activistas do género estimam que alcançaram 75% das suas exigências. As Maurícias emendaram a sua Constituição para dar lugar à introdução de quotas para mulheres nas eleições municipais realizadas o ano passado. Este aspecto abriu possibilidades para que as Maurícias assinassem o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento. Houve uma melhoria progressiva nas percepções dos cidadãos sobre o desempenho nesta área, de 60%, em 2009, para 66%, em 2013. É especialmente significativo que houve um aumento de oito pontos percentuais no CSC entre 2012 e 2013, também o período no qual houve muito países a levarem a cabo reformas constitucionais. Isso reflecte um optimismo crescente numa das áreas mais estratégicas para o avanço dos direitos da mulher.
Aborto, trabalho sexual, estupro marital e orientação sexual não constam no Protocolo da SADC sobre Género.	Líderes no Malawi e Maurícias fizeram pronunciamentos progressivos sobre os direitos dos LGBT.
Casamentos prematuros são uma questão emergente que coloca as raparigas em maior risco de violência e má saúde do que os rapazes.	
<b>Governança</b>	
Em 24%, a SADC escorregou de segundo para terceiro lugar (após os países nórdicos e as Américas) na comparação global por região sobre mulher no parlamento.	Em 2012, a representação de mulheres no parlamento dos Seychelles aumentou de 29% até 45%, colocando a ilha no topo dez global nessa pontuação.
A representação global de mulheres no parlamento permaneceu em 24% no ano em revisão, e um ponto percentual abaixo do que em 2011.	
A representação de mulheres no parlamento angolano caiu de 38% para 34%.	
Actualmente o Madagascar e a Zâmbia (6%) têm a mais baixa representatividade de mulheres nos governos locais. A representatividade de mulheres nos círculos urbanos na Suazilândia regrediram de 19% para 14% em eleições realizadas nos finais de 2012.	Com 49% de mulheres no governo local, Lesoto tem a mais alta proporção de mulheres em qualquer area de tomada de decisão política na SADC. As Maurícias marcaram um golo pela igualdade do género com um aumento quadruplicado de mulheres nas eleições municipais para 26% nas eleições de Dezembro de 2012.
Infelizmente, a quota de mulheres no parlamento zimbabweano na nova constituição não se estende aos governos locais. Esforços dos activistas para se estender a Secção 17 da Constituição (que preconiza que "ambos os géneros são igualmente representados em todas as instituições e agências do governo em todos os níveis") à lei eleitoral dos governos locais não deu frutos.	O Zimbabwe realiza eleições presidenciais, legislativas e municipais no dia 31 de Julho de 2013, com uma quota constitucional que garante um mínimo de 22% de assentos na assembleia nacional.
As Maurícias estão em ultimo com 8% de mulheres no conselho de ministros.	A África do Sul tem tido de forma consistente a mais alta percentagem de mulheres no conselho de ministros, em 41%.
<b>Educação</b>	
Menos de metade dos quinze países estados da SADC alcançaram as metas da paridade do género em cada um dos três níveis - primária, secundária e superior. Com a excepção de Lesoto e Seychelles, as mulheres na África Austral têm níveis de literacia mais baixas que os homens.	Seis países na região: África do Sul, Botswana, Maurícias, Seychelles, Suazilândia e Zâmbia têm altas proporções de mulheres que homens no ensino superior.
O Malawi ainda tem grandes fossos de género na educação com a literacia feminina em 67%; os ingressos de raparigas na escola primária em 45% e nos níveis secundário e terciário em 39%.	África do Sul, Malawi, Suazilândia, Tanzania e Zâmbia têm leis e políticas para a provisão gratuita e obrigatória de educação primária.
A RDC tem 36% de raparigas no ensino secundário, consistentemente a mais baixa.	Seis países (África do Sul, Botswana, Lesoto, Namíbia, Seychelles e Suazilândia) têm 50% ou mais raparigas em escolas secundárias.
A violência do género nas escolas continua a ser um grande desafio.	Lesoto tem consideravelmente a mais alta proporção de raparigas que rapazes no ensino secundário (57%) por causa dos rapazes que apascentam o gado. África do Sul, Botswana, Maurícias e Namíbia têm ligeiramente mais raparigas que rapazes, o que é consistente com a demografia. Seychelles e Suazilândia têm um número igual de rapazes e raparigas no ensino secundário.
<b>Justiça Económica</b>	
Mulheres e homens não se beneficiam de mesmo modo do crescimento económico experimentado em vários países da África Austral.	A pontuação de 73% do Índice de Género e Desenvolvimento da África Austral (SGDI) está seis pontos percentuais acima da pontuação do Cartão de Classificação do Cidadão (CSC) em 67%.
Os dados sobre posse de terra continuam irregulares, mas variam de 11% ((Seychelles) a 25% (na RDC e Tanzania).	A proporção de mulheres em posições de tomada de decisões económicas cresceu em oito pontos percentuais de 18%, em 2009, a 26%, em 2013.



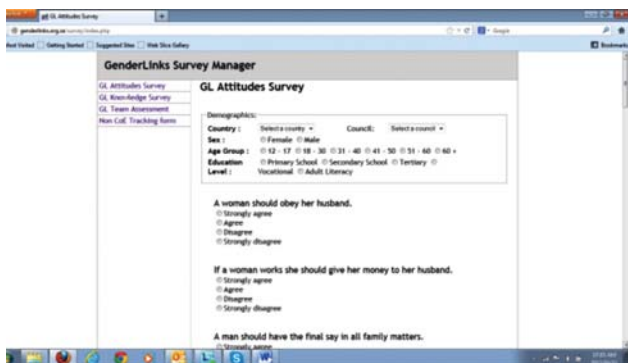
Luz vermelha	Luz verde
	<p>Zâmbia desbravou novos terrenos na região com uma política que requer que 30% de toda a nova terra seja alocada para mulheres.</p> <p>As políticas comerciais continuam cegas ao género, e apenas poucas políticas de <i>procurement</i> fazem referência específica à mulheres. Políticas comerciais cegas ao género podem introduzir novas desigualdades do género ou entrincheirar as já existentes.</p> <p>As mulheres continuam a lutar para ter acesso ao crédito, embora muitos países da SADC tenham programas deste ou aquele tipo para ajudar as mulheres a ganhar o acesso ao crédito.</p> <p>Todos os países da SADC têm disposições legais para a licença de maternidade, mas apenas 40% têm provisões para a licença de paternidade.</p>
<p><b>Violência do género</b></p> <p>Os cidadãos deram aos seus governos uma classificação global de 68% do golo de 2015 em termos das metas relacionadas com a violência do género. É uma subida de dez pontos percentuais da classificação de 58% em 2012.</p> <p>A prevalência de todas as formas de violência contra a mulher, especialmente violência física e sexual, continua a ser alta apesar de quadros legais sobre VBG relativamente fortes na região.</p> <p>Estudos recentes mostram taxas de prevalência pela vida inteira de 25% (Maurícias) a 89% em quatro distritos da Zâmbia: Kitwe, Mansa, Kasama and Mazabuka.</p> <p>Orçamentos insuficientes minam a implementação.</p> <p>A violência sexual contra a mulher e rapariga continua uma das maiores causas de infecção de HIV.</p> <p>A violência contra as lésbicas está a crescer com casos macabros de “estupro correctivo” e mortes reportados na África do Sul durante o ano em revisão.</p> <p>O progresso na aprovação de legislação doméstica e estupro reduziu substancialmente nos últimos dois anos.</p> <p>Os legisladores da SADC atrasaram-se em termos de implementação das disposições das leis. Embora 12 países têm serviços acessíveis, baratos e especializados, incluindo assistência jurídica, para as sobreviventes da VBG, a realidade é de que esses provedores de serviços continuam com poucos recursos com capacidade limitada para satisfazer os seus mandatos.</p> <p>Uma das grandes preocupações na região é a falta de abrigos de segurança e secundários para as sobreviventes da VBG. Os governos dependem das organizações da sociedade civil para fornecer este serviço, o que não é uma solução sustentável.</p> <p>É difícil obter dados quantitativos fiáveis e abrangentes sobre VBG. As estatísticas policiais são amplamente contestadas por causa da VBG que não é reportada e ferramentas inadequadas de colecta de dados.</p>	<p>O Estudo de Base sobre Violência contra a Mulher foi levado a cabo em seis países da SADC - quatro províncias da África do Sul, Botswana, Maurícias, quatro distritos do Lesoto, Zâmbia e Zimbabwe.</p> <p>Quadros legislativos fortes existem em muitos países mas os desafios continuam a ser em volta da implementação efectiva das leis e políticas.</p> <p>Existe um forte quadro legislativo para a VBG em muitos países da região da África Austral. A legislação sobre a violência doméstica e estupro existe em 12 países.</p> <p>A provisão de Profilaxia Pós-Exposição (PEP) melhorou ao longo dos últimos anos - de apenas um único país, África do Sul, fornecendo PEP, em 2009-2012, para um total de seis países, em 2013. Continua a ser muito baixa do que devia estar e abaixo de metade dos países da SADC.</p> <p>Seis países da SADC completaram os seus estudos de base sobre Violência contra Mulher (VCM) e adoptaram um índice composto para medir a VBG. Os resultados dos estudos de base deviam guiar as estratégias sobre VBG e processos de orçamentação. O índice vai também ajudar na monitoria e avaliação em curso da eficácia das estratégias da VBG.</p>
<p><b>Saúde</b></p> <p>Os rácios da mortalidade maternal na África Austral aumentaram ao longo das últimas duas décadas, quando estão a baixar em outras regiões, principalmente como resultado do HIV.</p> <p>As estimativas indicam que as taxas de mortalidade e morbidade entre mulheres seropositivas são duas vezes mais do que das mulheres seronegativas.</p> <p>Angola tem a taxa mais baixa na região em termos do uso de contraceptivos, em 6.2%</p> <p>Entre 44% e 46% dos partos na Tanzania e Madagascar não são assistidos por pessoal qualificado.</p> <p>Apenas quarto dos 15 países na região da SADC mencionaram qualquer campanha que envolva homens no planeamento familiar (Lesoto, Maurícias, Malawi e Zâmbia).</p>	<p>Acesso melhorado ao tratamento começa a reverter esta tendência.</p> <p>Nos 75.8%, as Maurícias têm a mais alta taxa do uso de contraceptivos na região.</p> <p>As Maurícias e Seychelles alcançaram 100% de assistência por parte de pessoal qualificado para todos os partos.</p>
<p><b>HIV e SIDA</b></p> <p>Os nove países com as mais altas taxas de prevalência de HIV entre adultos no mundo podem todas serem encontradas na SADC: Suazilândia (26%), Botswana (23.4%), Lesoto (23.3%), África do Sul (17.3%), Zimbabwe (14.9%), Namíbia (13.4%), Zâmbia (12.5%), Moçambique (11.3%) e Malawi (10%).</p>	<p>Mortes relacionadas ao SIDA baixaram em 33% desde 2001 devido à expansão da terapia anti-retroviral.</p>

Luz vermelha	Luz verde
Em 13 dos 15 países da SADC, as mulheres têm uma prevalência de HIV mais alta que os homens.	Em sete dos 15 países - África do Sul, Botswana, Maurícias, Namíbia, Suazilândia e Zâmbia - a cobertura de anti-retrovirais para prevenir a transmissão vertical do HIV está acima dos 80%.
Em seis dos 15 países da SADC, menos de 50% de Pessoas Vivendo com HIV e SIDA (PVHS) recebe anti-retrovirais.	Ganhos impressionantes foram feitos na redução de mortes por tuberculose (TB) em pessoas vivendo com HIV. Entre 2004 e 2011, as mortes por TB relacionada com o SIDA baixaram em 8% na África sub-Sahariana. Os últimos 24 meses viram um decréscimo de 13% nas mortes por TB relacionada com o SIDA.
Em nove dos 15 países, menos de 50% da população entre os 15-24 de idade tem conhecimento compreensivo do HIV e SIDA.	Há evidências de que as campanhas de prevenção começaram a mudar os padrões de comportamento sexual e levaram a redução do HIV e SIDA. Todavia, as disparidades de género continuam a ser o grande impulsionador da epidemia na região.
As mulheres perfazem 58% dos que vivem com HIV e SIDA na África sub-Sahariana. As raparigas entre 15-24 de idade continuam particularmente vulneráveis, perfazendo 64% de infecções neste grupo etário em todo o mundo.	O Zimbábue adoptou uma política progressiva sobre os trabalhos de cuidados. Vários outros países, incluindo Malawi, Moçambique e Zâmbia começaram trabalhos sobre o desenvolvimento de uma política para trabalhos de cuidados.
<b>Paz e segurança</b>	
O potencial para conflito no Madagascar, RDC e Zimbábue permanece alto, embora as políticas de militarização na Suazilândia são uma preocupação. Há uma baixa proporção de mulheres na defesa.	As mulheres constituem 27% nas forças de defesa na África do Sul; 37% na força policial e 52% do pessoal dos serviços de correcção nas Seychelles.
As mulheres arcam um peso desproporcional do conflito onde seja que ocorra, mesmo assim estão ausentes dos processos de paz e tomada de decisão.	
Apenas seis países fornecem dados desagregados por sexo sobre os serviços de correcção.	Houve uma vasta melhoria no fornecimento de dados desagregados por sexo sobre serviços de segurança na região desde que o Barómetro começou a monitorar este parâmetro em 2010. Dez países (comparados a cinco) agora fornecem dados desagregados por sexo sobre a defesa e 13 (comparados a cinco) fornecem dados desagregados sobre a polícia.
Ainda persistem grandes fossos, com vários países ainda a não fornecerem dados; sem nenhuma mulher em certas áreas de segurança, ou baixos níveis de 1% a 6%.	Existe uma melhoria na disponibilidade de dados desagregados por sexo sobre a polícia, com 13 países da SADC (comparados a cinco no passado) a disponibilizarem tais dados.
Os países da SADC precisam de rever a legislação governando o sector da segurança para assegurar a sensibilidade do género e colecta regular de dados. Isso devia começar com o Órgão de Segurança da SADC e plano estratégico, que permanece cegos ao género.	O Grupo de Trabalho dos Recursos Humanos da SADC aceitou em fazer o género um item de agenda padrão para as suas reuniões. Este modelo vai monitorar a existência de políticas relacionadas com o género, estruturas, metas e representação. Este é um grande avanço para a colecta deste dado visto que os dados para a mulher no sector da segurança pela África são escassos.
Em muitos países a proporção de mulheres despachadas em missões de manutenção de paz varia de 2% a 6%.	A Namíbia tem consistentemente fornecido a mais alta proporção de mulheres (46%), embora (devido ao seu tamanho) a África do Sul forneceu o maior número absoluto de mulheres em tais missões.
	Oito países da SADC agora contribuem mulheres para as forças de manutenção da ONU, comparado com sete quando o Barómetro começou a monitorar esta área de trabalho.
<b>Comunicação social</b>	
As leis e políticas da comunicação social têm fracas disposições sobre o género.	A GL está a trabalhar com 108 Centros de Excelência de Género e Comunicação Social (COEs) em 12 países da SADC. Existe evidências de que as instituições de comunicação social começaram a tomar seriamente a integração do género, com 47 instituições de comunicação social representando 90 redacções na SADC já com políticas do género.
As mulheres constituem 41% dos trabalhadores da comunicação social (32% se a África do Sul é excluída) mas menos de um quarto dos gestores e apenas um punhado de membros dos conselhos de administração e executivos superiores.	O exercício de auto-monitoria levado a cabo em 76 COEs da Comunicação Social mostra que a proporção de fontes femininas na comunicação social subiu cinco pontos percentuais desde os 19% no Estudo de Base do Género e Comunicação Social (GMBS) para 22%.
Há mais mulheres que homens nos escolas de comunicação social, mas mais docentes masculinos do que femininos.	No ano passado, a GL providenciou formação no local de trabalho para a comunicação social sobre dez temas do Protocolo.
	Os participantes de dez instituições de ensino superior de seis países participaram na formação de formadores para a integração do género no currículo do jornalismo e comunicação social. Os estudantes das instituições do ensino superior reconheceram o papel do género e literacia mediática na melhoria do seu conhecimento sobre o género.
<b>Mudanças climáticas</b>	
As mudanças climáticas vão afectar todos os países, em todas as partes do mundo. Mas os seus impactos serão espalhados diferentemente entre as diferentes regiões e diferentes grupos de pessoas (IPCC, 2001). Os mais afectados serão provavelmente os pobres e mulheres vivendo nos países em	A campanha para a adopção da Agenda sobre Género e Mudanças Climáticas ganhou ímpeto com uma petição online assinada por 1027 cidadãos (55% homens; 45% mulheres). Os ministros do género apoiaram formalmente a proposta na sua reunião em Maputo, em Fevereiro de 2013.

Luz vermelha	Luz verde
<p>desenvolvimento. A medida em que o clima mudar, as pessoas susceptíveis de sofrer mais dos impactos das mudanças climáticas são as menos responsáveis por causá-las. Reconhece-se amplamente que se espera que os países em desenvolvimento sofram mais dos efeitos devastadores das mudanças climáticas do que os desenvolvidos. Na África Austral, os pobres, a maioria dos quais são mulheres, serão mais antigidos pelos impactos das mudanças climáticas.</p>	
<p>As mulheres perfazem apenas 20% das tomadoras chave de decisões em muitos ministérios relacionados com mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável, uma subida de dois pontos percentuais desde 2012 mas ainda muito longe da meta dos 50%.</p>	<p>A Zâmbia ultrapassou a paridade em termos de representatividade feminina nos órgãos de tomada de decisão relacionados com as mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável, qudando-se em 60%. A África do Sul e a Namíbia seguem-na com 42% e 33%, respectivamente. Moçambique e Angola têm um desempenho razoável com 29% e 27%, respectivamente. A Tanzania (7%) e Madagascar (9%) pontuaram em um dígito. As Maurícias, Malawi, Suazilândia, Botswana e Zimbabwe quedaram-se no meio.</p>
<b>Implementação</b>	
<p>Botswana e Maurícias ainda não assinaram o Protocolo do Género.</p>	<p>Treze dos 15 países assinaram o Protocolo da SADC sobre Género.</p>
<p>A RDC ainda não depositou os seus instrumentos de ratificação.</p>	<p>Doze países (de nove o ano passado) ratificaram o Protocolo, sendo o Malawi o último a ratificar e depositar os seus instrumentos.</p>
<p>A maioria dos países da SADC não integrou as metas do Protocolo nos seus processos de planeamento e orçamentação.</p>	<p>Quarto países (Namíbia, Suazilândia, Zâmbia e Seychelles) desenvolveram planos de acção do género com custos alinhados com o Protocolo do Género. Malawi e Zimbabwe estão no processo de actualizar as suas políticas do género. As Seychelles desenvolveram um política nacional do género exemplar, visto como uma boa prática porque integra explicitamente todas as 28 metas do Protocolo da SADC sobre Género na Política Nacional do Género. Seis países da SADC - Lesoto, Moçambique, Malawi, RDC, Tanzania e Zimbabwe - expressaram um interesse em actualizar as suas políticas do género e alinhá-las com as metas do Protocolo da SADC sobre Género num workshop de aprendizagem e partilha de experiências em Junho de 2013.</p>
<p>A Aliança do Protocolo do Género da África Austral é uma coligação dos dispostos - isto descentraliza a responsabilidade mas pode também resultar no enfraquecimento da corrente quanto o elo mais fraco.</p>	<p>Ao longo do passado ano a Aliança procurou organizar-se melhor. Na sequência de auscultações sobre arranjos institucionais, a GL como a rede coordenadora, assinou mais Mes com parceiros - 8 Mes sectoriais e 14 Mes nacionais. Na esteira da reunião anual da Aliança de 2011, o comité instalador elegeu um <i>Think Tank</i> que vai assitir o Secretariado com o trabalho diário.</p>
<p>Existe uma necessidade de acelerar o ímpeto rumo ao 2015.</p>	<p>A conscientização do Protocolo do Género da SADC aumentou de 46% em 2010 para 54% em 2012 conforme aferido pelo teste de conhecimento administrado em toda a região da SADC. Os cidadãos tem mais conhecimento sobre quais os governos que assinaram e a meta de 50/50 até 2015 na tomada de decisão. As reuniões comunitárias e as cimeiras de contagem decrescente para 2015 planeadas ao nível dos países e regional para o próximo ano, vão ajudar a intensificar a pressão.</p>

## O que há de novo em 2013?

**Monitorando as mudanças:** A principal nova característica no Barómetro de 2013 é a caixa de monitoria no começo de cada capítulo. Os autores e editores destacaram os indicadores chave que podem ser monitorados ao longo de cinco anos para mostrar o progresso feito e os desafios que subsistem. As primeiras poucas páginas dos capítulos fornecem uma fotografia que pode ser usada para a planificação de acções.



**A Pontuação sobre o Progresso do Género:** Ao longo dos anos, a Aliança tem vindo a monitorar o conhecimento sobre o Protocolo da SADC sobre Género e atitudes em relação ao género. Este ano, o Barómetro usa a ferramenta online da Pontuação sobre o Progresso do Género (GPS) desenvolvida pela Gender Links para classificar as respostas às 20 perguntas da pesquisa de atitudes, desde zero (regressivo) até 100 (muito progressivo). Ao longo da região quase 50.000 cidadãos usaram esta ferramenta, e registaram uma pontuação global de 65% com variações significativas de país a país. O conhecimento do Protocolo da SADC sobre Género (baseado em cinco perguntas simples) ficou em 53%. Isto reflecte a necessidade de continuar a mobilizar, sensibilizar e mudar comportamentos.

### Desafios chave

- **Atitudes patriarcais ainda abundam,** reflectidas nos estereótipos de género nas escolas; bem como estruturas de tomada de decisão predominantemente masculinas em todas as áreas. O caso dum mulher no Lesoto que lhe foi negado o direito de assumir a chefatura (tradicional) após o falecimento do seu pai é uma lembrança tenebrosa dos valores patriarcais profundamente enraizados. Crimes de ódio contra lésbicas (amplamente publicitados na África do Sul) funcionam como uma lembrança da combinação letal da homofobia e misoginia que continuam a grassar muitos países na região.

- **A violência do género continua o indicador mais revelador da falta de direitos e actuação da mulher:** Os chocantes altos níveis de violência do género revelados por pesquisas recentes sobre prevalência (de 25% nas Maurícias para aproximadamente 80% em quatro distritos da Zâmbia) mostra que uma em três se não mais mulheres experimentaram alguma forma de violência do género ao longo das suas vidas, e múltiplas formas de violência.
- **Retrocesso nas eleições:** Com poucas excepções, o ultimo conjunto de eleições foi decepcionante: a queda da representação de mulheres nos níveis nacional e local em Angola e Suailândia no ano passado; os persistentes baixos níveis de representação de mulheres na RDC, e o aumento marginal da representação de mulheres nas eleições nacionais no Lesoto em Maio de 2012 funcionam como uma lembrança dos ganhos frágeis alcançados pelas mulheres na esfera política.
- **A economia continua uma reserva masculina:** As mulheres ainda não tem acesso à tomada de decisões económicas (26%), terra, crédito e outros meios de produção. Elas constituem a maioria dos pobres; dos desempregados; dos sem posse e daqueles que trabalham no sector informal.
- **As mulheres não têm palavra nas decisões que afectam as suas vidas:** Seja no quarto ou na sala de reuniões, as mulheres estão eficazmente sem voz, com pouco a dizer, por exemplo, no uso de preservativos masculinos tão essenciais para a prevenção do HIV e SIDA. A falta de "voz" das mulheres reflecte-se na comunicação social, onde a proporção de fontes femininas apenas subiu marginalmente de 17%, em 2003, a 22% num exercício de auto-monitoria cobrindo 76 instituições de comunicação social na região.



Mulheres nas Maurícias reclamam o seu espaço no governo local.

Photo: Loga Virahsawmy



- **HIV e SIDA continua a ameaçar os frágeis ganhos que tem sido feitos:** As raparigas continuam a ser a maioria dos novos infectados pelo HIV e SIDA, bem como as que carregam o fardo de cuidar das Pessoas Vivendo com o HIV e SIDA.

### Principais sucessos

- **A educação continua a estrela brilhante na região da SADC:** A paridade do género está a ser rapidamente alcançada a todos os níveis. A divisão laboral por género nas áreas está lentamente a mudar, e isto vai eventualmente resultar numa mudança na divisão de trabalho por género na força de trabalho.
- **Benefícios tangíveis das Revisões Constitucionais:** Um dos grandes sucessos da Aliança ao longo do passado ano foi levar o género para a agenda da revisão constitucional em dez países, notavelmente nas Maurícias, Zâmbia e Zimbabue. Como foi testemunhado no ano passado, isto começa a dar benefícios. Nas Maurícias, a emenda constitucional abriu o caminho para quotas no governo local que levaram a um aumento quadruplicado de mulheres a nível local nas eleições de Dezembro de 2012. A nova Constituição do Zimbabue retira as cláusulas retrógradas e garante as mulheres 22% de assentos no parlamento.
- **As campanhas de 50/50:** Há dez eleições na região da SADC entre Agosto de 2013 e Dezembro de 2015. Projecções detalhadas no Barómetro mostram que se a relançada campanha de 50/50 for rigorosamente implementada, a região pode atingir a meta original de 30% de mulheres em posição de tomada de decisão a nível local e nacional, com quatro países aproximando-se ou ultrapassando a marca de 40%.
- **Pela primeira vez, boas notícias sobre HIV:** O Barómetro de 2013 traz pela primeira vez boas notícias sobre HIV. As mortes relacionadas ao SIDA na região reduziram em 32% desde 2001 devido à expansão da terapia anti-retroviral. Em sete países da SADC, a Prevenção da Transmissão Vertical é superior a 80%. Embora as disparidades do género continuem a ser o principal condutor da pandemia, existe evidências de mudanças dos padrões de comportamento sexual que levam a baixos níveis do HIV e SIDA.
- **Um melhor entendimento e uma abordagem mais holística à VBG:** Os seis Estudos de Base da Violência Contra a Mulher (VCM) ajudaram-nos a estabelecer a disparidade entre os dados da polícia e os dados actuais da VBG. O estudo também mostrou que os níveis mais altos da violência - psicológica e económica - são os menos reportados. Estas constatações aceleraram a campanha para as pesquisas de rotina dessa natureza para fortalecer os Planos Nacionais de Acção para Acabar com a Violência de Género.
- **Enfoque na implementação:** Agora que o Protocolo foi ratificado, o enfoque mudou rapidamente para a implementação. A Unidade de Género da SADC, as

redes nacionais pontos focais da Aliança, e a Gender Links, como coordenadora da Aliança, desenvolveram um modelo de aprendizagem e partilha de experiências para cascatear e enriquecer estes esforços.

- **Mudanças da base para cima:** Os governos locais pela região juntaram-se à campanha do Protocolo da SADC sobre Género. 300 municípios tornaram-se Centros de Excelência (COEs) para a Integração do Género no Governo Local. Exemplos de como o Protocolo da SADC sobre Género está a ser localizado abundam no Barómetro de 2013, que tem a mais rica colecção de estudos de caso de mudança da base para cima.
- **O Protocolo @m acção:** Nada é bem sucedido como o sucesso! Nem sempre os dados brutos capturam as qualidades mobilizadoras e inspiracionais do Protocolo. A Aliança colectou mais de 1000 estudos de caso; alguns constam em caixas deste relatório. Eles reflectem a extensão da apropriação, engajamento e aplicação inspirada pelo Protocolo.

### Principais prioridades



Da esquerda: Magdeline Madibela, Chefe da Unidade de Género da SADC; SEXA Excelência Inonge Wina, Ministra do Género e Desenvolvimento de Menores (MGCD); Namatama Chinyama, Documentalista do MGCD; Edwidge Mulate, Secretária Permanente do MGCD e Colleen Lowe Morna, Presidente do Conselho de Administração da GL no lançamento do Barómetro da Zâmbia 2012 - Lusaka, Novembro de 2012.

Foto: Loveness Jambaya

Necessárias energias renovadas no próximo ano para:

- Assegurar que todos os países assinem e ratifiquem o Protocolo.
- Fazer uso das oportunidades estratégicas como as revisões constitucionais para domesticar o Protocolo.
- Aumentar a consciência sobre o Protocolo e suas disposições a nível comunitário.
- Assegurar que todos os governos e autoridades locais incorporem as metas do Protocolo do Género nos seus planos de acção e custos de implementação.
- Campanha pela Adenda sobre Género e Mudanças Climáticas.
- Fortalecer a Aliança, do nível local ao regional, na contagem decrescente até 2015.

## MARCOS DO PROTOCOLO DO GÉNERO DA SADC

- **2005:** Auditoria das realizações em relação à Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento leva à elaboração de um documento - "Racional para a Elevação da Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento para um Protocolo" - o instrumento legal mais vinculativo da SADC. Organizações da sociedade civil pela Aliança do Protocolo do Género da África Austral.
- **2005-2008:** Membros da Aliança formam parte da Equipa de Trabalho constituída pela Unidade de Género da SADC para esboçar notas para a equipa legal, comentar e examinar sete esboços do Protocolo antes da apresentação final aos Chefes de Estado.
- **Agosto de 2008:** 13 dos 15 Chefes de Estado assinam o Protocolo do Género da SADC, o único instrumento sub-regional que junta e melhora os compromissos para a igualdade de género já existentes, através de 28 metas com tempo limitado e alinhados com os prazos do ODM 3. Membros da Aliança lançam uma campanha para fazer com que as Maurícias e Botswana assinassem.
- **Agosto de 2009:** A Aliança lança o Barómetro de Base do Protocolo do Género da SADC - um instrumento chave de acompanhamento que avalia o progresso dos 15 países em relação às 28 metas do Protocolo - <http://www.genderlinks.org.za/page/sadc-research>.
- **Agosto de 2009:** A Aliança lança o "Roteiro para a Igualdade" - estratégias e lições aprendidas na campanha; principais disposições do Protocolo em 23 línguas; spots de rádio; um DVD; teste de conhecimento e atitude; reuniões de nível comunitário para popularizar o Protocolo, que até então atingiram directamente mais de 15,000 cidadãos e outros tantos milhares indirectamente.
- **2009/2010:** A Aliança elabora um Cartão de Classificação do Cidadão que é usado para medir as percepções dos cidadãos do progresso do governo, e é administrado nas reuniões comunitárias.
- **Agosto de 2010:** Barómetro de Progresso e reunião anual da Aliança. A Aliança fica melhor organizada por países e grupos temáticos, cada grupo liderando



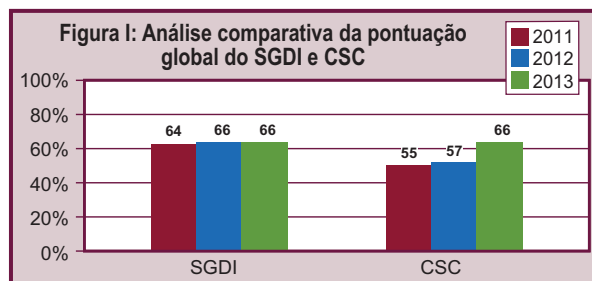
Margaret Machilla da Zâmbiapartilha sua experiência sobre alinhamento e cálculo de custos da implementação do Protocolo. Foto: Lucia Makamure

um assunto-chave, por exemplo Violência Baseada no Género, Justiça Económica.

- **Agosto de 2011:** O Protocolo do Género da SADC entra em vigor com a África do Sul a se tornar no nono país a ratificar o Protocolo, dando os dois terços exigidos. Com os dados de 15 países sobre 23 indicadores, o Barómetro de 2011 introduz o Índice de Género e Desenvolvimento da SADC - veja <http://www.genderlinks.org.za/page/sadc-sgdi>. A Aliança forma o corpo de reflexão que orienta o trabalho da Aliança entre as reuniões anuais.
- **2011/2012:** As redes da Aliança nos países identificam os defensores para as 28 metas do Protocolo, começam a recolher estudos de caso do *Protocolo em exercício* - veja <http://www.genderlinks.org.za/page/protocol-work>.
- **Setembro de 2011:** A Aliança colabora com a Unidade de Género da SADC sobre um instrumento e processo para alinhar os planos de acção nacionais com as metas do Protocolo do Género da SADC, e calcular o custo da sua implementação. A Namíbia testa este processo - veja <http://www.genderlinks.org.za/page/implementation>.
- **Novembro de 2011:** Pressão intensa de lobbying por uma Adenda ao Protocolo sobre Género e Mudanças Climáticas ligada ao COP 17; os ministérios ligados ao género aceitam esta premissa
- **Fevereiro de 2013:** Ministros de Género reunindo em Maputo antes da 57ª reunião da Comissão sobre o Estatuto da Mulher (CSW) comprometem-se a levar a Adenda avante. A Aliança lança uma declaração progressiva de preocupações sobre justiça do género na região. Monta uma presença na CSW e produz boletins noticiosos diários; gera debate sobre a agenda pós-2015.
- **Março-Abril de 2013:** Doze cimeiras nacionais e uma cimeira regional levam a colecta de 672 estudos de caso na plataforma Protocolo da SADC em @ção de ONGs, OSC, Organizações com Base na Fé e.
- **Até Junho de 2013:** Lesoto, Malawi, Moçambique, RDC, Tanzania, Zâmbia e Zimbabwe aprendem das Seychelles, Namíbia, Zâmbia e Suazilândia sobre o alinhamento das suas políticas e planos de acção para a implementação do Protocolo da SADC e cálculo dos custos da sua implementação.
- **Agosto de 2013:** Reunião anual da Aliança antes da Cimeira dos Chefes de Estado da SADC, no Malawi, com enfoque sobre implementação, a campanha de 50/50, género e mudanças climáticas e Edificação de Coligações. Uma mesa redonda com a nova chefe da ONU Mulher, Phumzile Mlambo-Ngcuka. Visita de estudo às reuniões da rede ponto focal da Aliança *Women Demand Action Now* despoletam ideias para o fortalecimento das redes focais a nível nacional, provincial e distrital.



Globalmente, o desempenho dos países da SADC melhorou ao longo dos três anos como vem ilustrado pelo aumento da pontuação regional do Índice do Género e Desenvolvimento da África Austral (SGDI) de 64%, em 2009, a 66%, em 2013. Porém, com ganhos e perdas a se equilibrarem, o SGDI permaneceu estático entre 2012 e 2013. Todavia, o Cartão de Pontuação do Cidadão (CSC) que complementa o SGDI aumentou dramaticamente por onze pontos percentuais, de 55% a 60%.



## Como funcionam o CSC e SGDI

O CSC tem estado a ser implementado há quatro anos, e é uma ferramenta chave de responsabilização. Por exemplo, nos workshops comunitários, quando o Protocolo é explicado, pede-se aos participantes para classificar os seus governos. O CSC dá ao homem e mulher comum a oportunidade de responsabilizar o seu governo. Também assegura que o homem e a mulher se engajem criticamente com as disposições do Protocolo. O **Anexo Um** sumariza os resultados do CSC ao longo de quatro anos.

O tamanho da amostra para o CSC aumentou este ano. Como ilustrado na Tabela III, participaram os cidadãos de todos os 15 países da SADC. As mulheres perfizeram 54%, e os homens 46% do total.

**Tabela II: Amostra do CSC 2013**

País	Cartões de pontuação		
	Mulher	Homem	Total
Angola	54	48	102
Botswana	108	59	167
RDC	74	81	155
Lesoto	841	711	1552
Madagascar	238	184	422
Malawi	44	41	85
Maurícias	736	831	1567
Moçambique	266	253	519
Namíbia	1103	953	2056
Seychelles	25	24	49
África do Sul	349	206	555
Suazilândia	256	45	301
Tanzania	50	50	100
Zâmbia	469	486	955
Zimbabwe	174	101	275
<b>Regional</b>	<b>4787</b>	<b>4073</b>	<b>8860</b>

O desafio é de combinar as medições de percepções (qualitativos) com medições empíricas (quantitativo). Como detalhado no **Anexo Dois**, houve várias tentativas globalmente e em África de se desenvolver índices para medir o progresso rumo ao alcance da igualdade do género. Cada um está cheio de desafios. Um ponto comum em todos os desafios é a dificuldade de obter uma ampla e suficiente variedade de indicadores para capturar as muitas facetas da igualdade do género ou sua falta.

Porque a informação sobre participação política e educação, bem como alguns indicadores económicos, encontra-se facilmente disponível, índices relacionados com o género tendem a usá-los mais. Mas tais indicadores não capturam adequadamente as questões dos direitos, tais como voz, participação, o direito de tomar decisões sobre o seu corpo; segurança.

Em 2009, o Barómetro colectou uma gama de estudos de base sobre o estatuto da mulher pelos 15 países da SADC. Tinham lacunas por sector e por país. Mas até 2011, através de pesquisa online e dados colectados para os barómetros nacionais, a equipa colectou dados sobre 23 indicadores em seis sectores (vide **Tabela IV**). Os números em vermelho indicam um retrocesso ao longo do passado ano, enquanto os números em verde reflectem desenvolvimentos positivos. Considerando os vários esforços a nível global e continental para desenvolver um cabaz de indicadores para medir a igualdade do género (see **Anexo Dois**), isso representou um tamanho significativo de informação.

Os indicadores são agrupados em seis categorias, nomeadamente Governação (3 indicadores), Educação



(3), Economia (5), Saúde Sexual e Reprodutiva (3), HIV e SIDA (3), e Comunicação Social (6). Para criar um índice composto, cada categoria recebeu igual peso através do cálculo da pontuação média ao longo dos indicadores nessa categoria. Por conseguinte, por exemplo, para as categorias com três indicadores, a pontuação para essa categoria foi a média dos três indicadores. Esta abordagem também resolveu o problema de como lidar com países para os quais faltavam alguns indicadores, visto a média ter sido calculada com os indicadores disponíveis para cada país. Para se padronizar, todas as “pontuações brutas” tinham que ser convertidas em valores que variam de 0 (para o pior possível desempenho) a 100 (para o melhor possível desempenho).

Embora a maioria dos indicadores mede uma característica desejada, para a qual uma alta pontuação indica bom desempenho, há alguns indicadores que medem características indesejadas para as quais altas pontuações reflectem um pobre desempenho (tal

como a taxa de desemprego de mulheres entre a franja de pessoas vivendo com o HIV, e taxa da mortalidade materna). Para esses indicadores, a taxa foi invertida através da subtração da taxa padronizada por 100. A Tabela IV ilustra os sectores para os quais existe pontuação para o SGDI e CSC, e pontuação apenas para o CSC:

**Tabela III: Sectores abrangidos pelo SGDI e CSC**

Sector do Protocolo da SADC sobre Género	SGDI	CSC
Direitos constitucionais e legais		×
Governança	×	×
Educação	×	×
Recursos produtivos, emprego e empoderamento económico	×	×
Violência baseada no Género		×
Saúde	×	×
HIV e SIDA	×	
Construção da Paz e Resolução de Conflictos		×
Comunicação social, informação e comunicação	×	×
Implementação		×



Condutor de mudanças: Adélia Munguambe, uma bombeira em Mandlakazi, Moçambique.

Foto: Ruben Covane



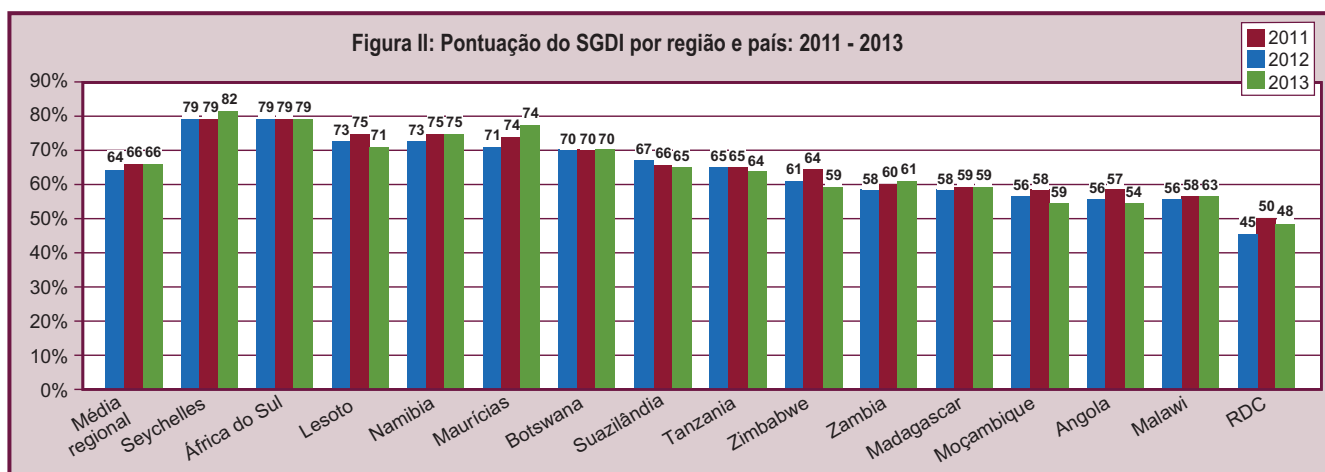
**Tabela IV: INDICADORES CHAVE SOBRE O ESTATUTO DA MULHER NOS PAÍSES DA SADC**

% MULHERES	ANGOLA	BOTSWANA	RDC	LESOTO	MADACASCAR	MALAWI	MAURÍCIAS	MOÇAMBIQUE	NAMÍBIA	SEYCHELLES	ÁFRICA DO SUL	SUAZILÂNDIA	TANZANIA	ZAMBIA	ZIMBABWE
<b>GOVERNAÇÃO</b>															
Parlamento	33	8	10	26	14	22	19	39	25	44	42	22	31	12	16
Governo Local	n/a	19	2	49	6	n/a	26	36	42	n/a	38	18	34	6	19
Conselho de Ministros	20	14	17	22	27	30	8	32	20	27	41	25	20	11	16
<b>EDUCAÇÃO</b>															
Ensino Primário	46	50	46	49	49	50	49	47	49	50	50	48	50	49	50
Ensino Secundário	44	52	36	57	49	45	48	44	53	50	55	50	44	45	46
Ensino Superior	40	53	n/a	n/a	48	40	61	38	53	n/a	58	51	32	52	43
<b>ECONOMIA</b>															
Tomada de decisões económicas	29	43	21	21	10	27	33	25	25	33	23	40	21	23	23
Participação na força laboral - Mulheres	76	72	70	55	84	76	37	86	63	68	49	53	50	73	37
Participação na força laboral - Homens	77	82	72	73	89	98	63	83	69	79	62	71	90	86	62
Desemprego - Mulheres	n/a	20	36	25	5	10	12	n/a	32	5	28	n/a	6	11	57
Desemprego - Homens	n/a	15	n/a	21	2	5	5	n/a	23	4	23	n/a	4	14	31
Mulheres no trabalho remunerado não-agrícola	24	43	26	63	38	15	38	11	41	54	45	32	31	22	36
Duração da licença do parto (semanas)	12	12	12	12	14	8	12	9	12	14	16	12	12	12	14
Benefícios da licença do parto (% de semanas pagas)	100	67	67	0	100	100	100	100	100	100	60	0	100	100	100
<b>SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA</b>															
Taxa da mortalidade materna (em cada 100,000)	593	160	549	620	498	460	62	550	449	0	176	736	449	440	960
Usando anticonceptivos	6	44	5	56	32	36	76	44	46	41	60	51	34	41	59
Partos assistidos por pessoal qualificado	47	99	74	62	44	73	100	53	81	99	91	74	51	57	66
<b>HIV e SIDA</b>															
Conhecimento compreensivo sobre HIV e SIDA - mulheres	7	40	21	29	54	42	87	34	65	67	27	52	45	38	46
Proporção do total vivendo com HIV	61	58	58	58	58	58	19	60	50	42	59	57	55	57	60
Mulheres grávidas seropositivas recebendo TPTV	14	95	6	62	8	53	95	51	85	95	95	95	74	86	54
<b>COMUNICAÇÃO SOCIAL</b>															
Global	n/a	46	22	73	33	23	33	27	40	n/a	50	40	36	33	13
Conselho de administração	n/a	24	18	47	10	27	36	25	39	n/a	38	33	22	27	38
Gestão	n/a	37	10	52	19	24	23	32	37	na	34	29	27	28	11
Docentes e trabalhadoras em instituições do ensino superior	n/a	37	18	67	44	29	79	28	47	n/a	50	33	28	29	25
Proporção de estudantes em instituições do ensino superior	n/a	54	77	73	71	50	82	26	60	n/a	64	37	60	61	57
Fontes noticiosas	n/a	24	17	32	24	24	25	17	20	31	20	21	19	21	15

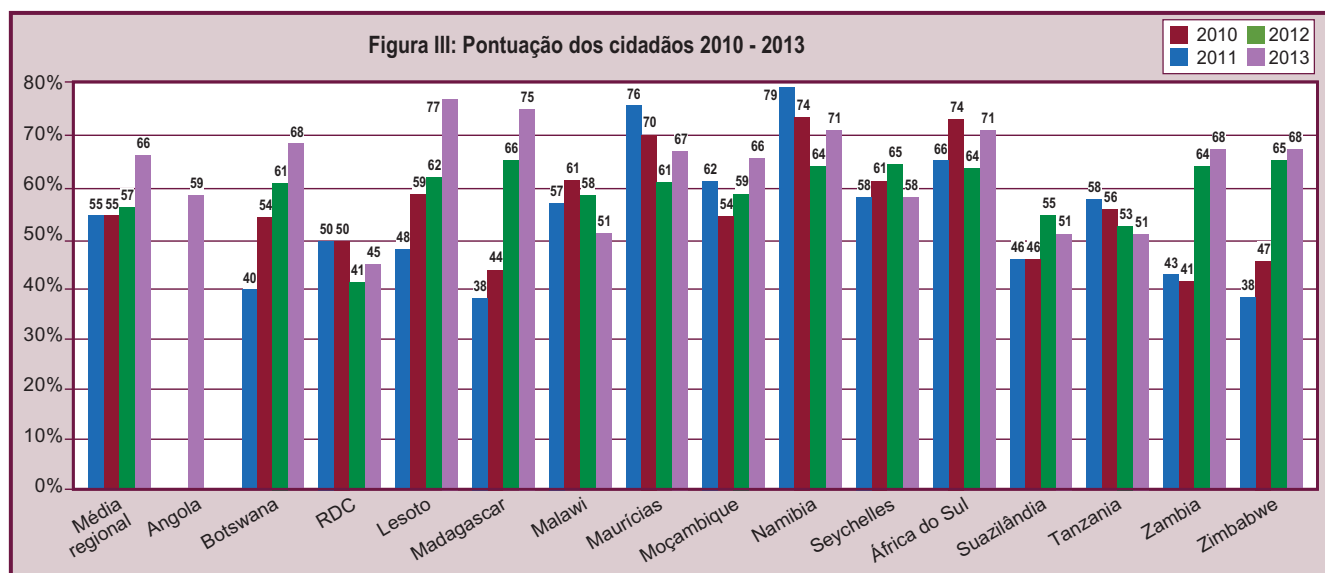
Source: Gender Links 2013.

Os números em vermelho regredram enquanto os verdes progrediram ao longo do ano passado.

nd = não disponível

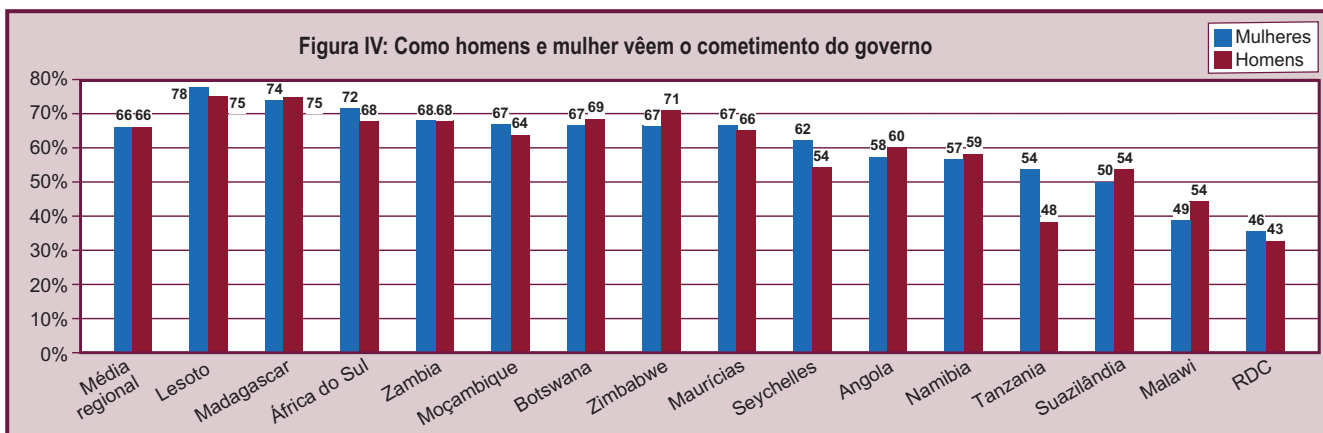


A Figura II compara a pontuação do SGDI desde 2011 a 2013. A média regional subiu por dois pontos percentuais desde 2011, de 64% a 66%. Com 82%, Seychelles teve a mais alta pontuação, representando uma aumento de três pontos percentuais comparado a 2012. Em segundo lugar, a África do Sul permaneceu constante com 79%. Nove países receberam uma classificação acima da pontuação de 2011. O SGDI para Malawi subiu nos últimos três anos de 56%, em 2011, a 63%, em 2013. Embora a RDC esteja classificada em último lugar nos últimos três anos, registou o terceiro maior aumento de 45% a 48%.

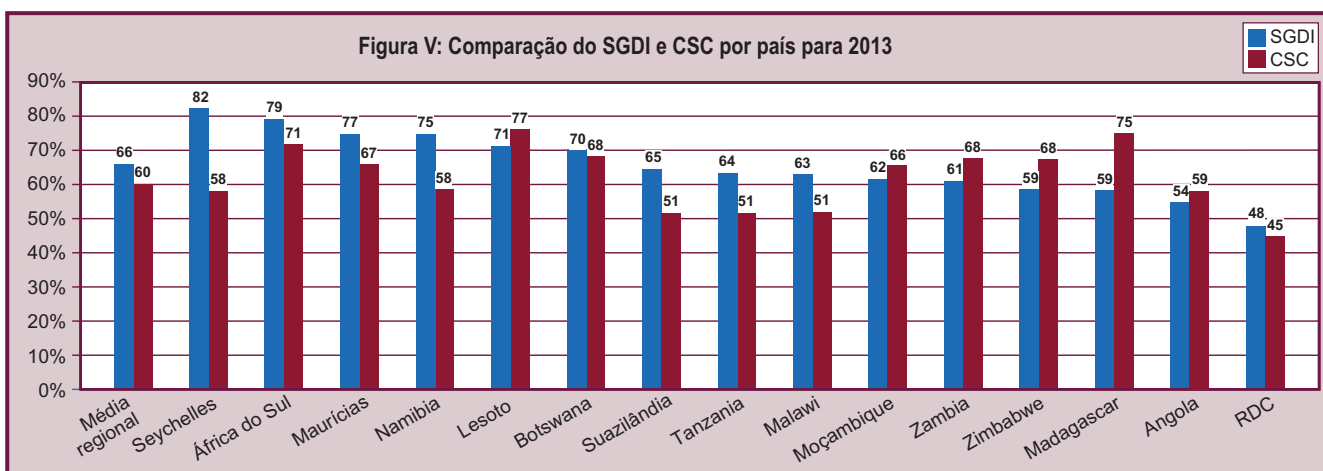


A Figura III mostra que globalmente houve uma tendência positiva dramática na pontuação dos cidadãos. Nos últimos cinco anos, os cidadãos de oito países da SADC pontuaram os seus países em alta. Madagascar (de 38% a 75%) e Zimbábue (38% a 68%) destacam-se pela subida substantiva na pontuação. Picos de optimismo são comuns em países emergindo de conflito, o que frequentemente abre uma breve janela de espaço democrático para os direitos da mulher. Apesar do declínio na representação política da mulher na Zâmbia, os cidadãos aumentaram a pontuação de 43% a 68%. Talvez seja um aceno à criação dum ministério dedicado ao género liderada por uma forte activista do género, Inonge Wina, na sequência duma barragem de crítica sobre o declínio da representação política da mulher.

Os cidadãos em democracias mais maduras tendem a ser mais críticos. Por exemplo, Seychelles continuaram num caminho consistente de aumentos de três pontos percentuais, bem como Moçambique e Suazilândia. As Maurícias experimentaram um declínio de 76% a 67%.



A Figura IV mostra que globalmente, não há grandes disparidades de género na pontuação de homens e mulheres. As mulheres pontuaram os seus governos mais em alta do que os homens na África do Sul, Seychelles, Lesoto, Moçambique, Tanzânia e Maurícias. O contrário é verdadeiro para os outros países. Malawi, Suazilândia e Zimbabwe registaram as maiores disparidades do género (quatro pontos percentuais). Esta disparidade nas percepções aponta para o conservatismo social, com os homens aparentemente a verem um ambiente mais conducente para as mulheres.



Como destacado desde o Barómetro do Protocolo da SADC sobre Género de 2011, o SGDI e CSC não são directamente comparáveis visto que o segundo é baseado nas percepções e abrange todas as 28 metas do Protocolo da SADC sobre Género em dez sectores comparado aos 23 indicadores em seis sectores no caso do SGDI. Todavia, é importante comparar a extensão ao qual as percepções dos cidadãos correlacionam-se com o SGDI que se baseia em números reais.

Figure V mostra que podem existir amplas divergências entre como os cidadãos percebem a realidade e a realidade em si. A grande disparidade reside em Seychelles, que obteve a pontuação mais alta do SGDI (82%) e a mais baixa do CSC (58%). A lição é de pesar as duas pontuações em conjunto na formação de opinião sobre progresso, mas estar claro quanto as forças e limitações de cada medição.



Nomthandazo Mankazana (à direita) ajuda mulheres em Chiredzi, Zimbabwe, a preencherem os Cartões de Pontuação dos Cidadãos.  
Foto: Colleen Lowe Morna

A Figure VI mostra que a pontuação do SGDI permaneceu relativamente constante de 2011 a 2013, com a educação a ter a mais alta pontuação, seguida da economia, comunicação social, e saúde sexual e reprodutiva. O HIV e SIDA substituiu a governação em quinto lugar, devido ao aumento na pontuação de 47% a 51%.

## O que mede o SGDI

### EDUCAÇÃO

- Educação primária: o número de raparigas matriculadas no ensino primário expresso como uma percentagem do total das matrículas nas escolas primárias.
- Educação secundária: o número de raparigas/mulheres matriculadas no ensino primário expresso como uma percentagem do total das matrículas no ensino secundário.
- Ensino superior: o número de mulheres matriculadas em instituições do ensino superior expresso como uma percentagem do total de matrículas no ensino superior.

### ECONOMIA

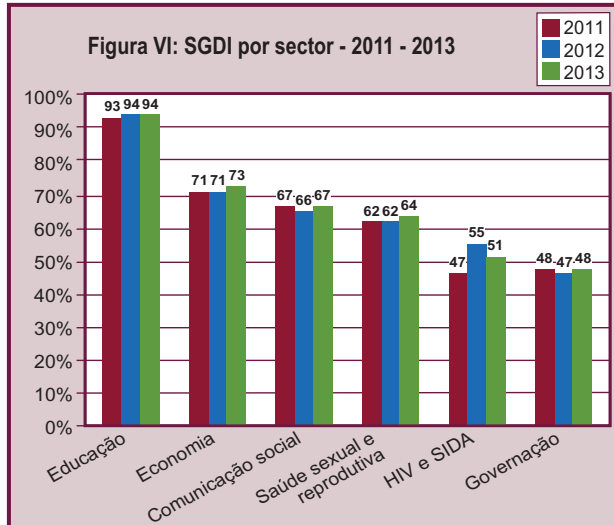
- Fatia feminina de tomada de decisões económicas: o número de mulheres ocupando posições de alto nível de tomada de decisões económicas expresso como uma percentagem de todas tais posições no país. As posições incluídas na medição são ministro e vice-ministro das finanças, ministro e vice-ministro do comércio e indústria, ministro e vice-ministro do plano, banco central, ou seus equivalentes, secretários permanentes.
- PFL Feminina/PFL Masculina. A taxa de Participação da mulher expressa como uma percentagem da participação da força laboral masculina. A taxa de participação da força laboral é calculada como (número de mulheres/homens em idade activa (geralmente acima dos 15 anos ou 15-64) que trabalham ou a procura de emprego) dividido pelo número total de mulheres/homens em idade activa.



Ragateando no Mercado de Chingola market, Zâmbia.

Foto: Gender Links

Figura VI: SGDI por sector - 2011 - 2013



- Taxa de desemprego feminino/masculino. A taxa de desemprego das mulheres expressa como uma percentagem da taxa de desemprego dos homens. A taxa de desemprego é calculada como o (número de mulheres/homens que procuram emprego) dividido por (número de mulheres/homens que trabalham ou procuram emprego)
- Fatia feminina de trabalho remunerado não-agrícola. O número de mulheres com trabalho remunerado fora da agricultura expresso como uma percentagem de todos com trabalho remunerado fora da agricultura.
- Duração da licença de maternidade: o número de semanas de férias as que a mulher tem direito com relação à gravidez e parto.

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Mulheres trabalhadoras como percentagem do total: O número de mulheres trabalhadoras trabalhando em instituições de comunicação social expresso como uma percentagem de todos os trabalhadores nas instituições da comunicação social.
- Mulheres como percentagem do conselho de administração: O número de directoras nas instituições de comunicação social expresso como uma percentagem de todos os directores das instituições da comunicação social.
- Mulheres como percentagem da gestão: O número de gestoras nas instituições da comunicação social expresso como uma percentagem de todos os gestores nas instituições de comunicação social.
- Percentagem feminina do pessoal em instituições de estudos sobre comunicação social: o número do pessoal feminino em instituições de estudos sobre comunicação social expresso como percentagem de todo o pessoal em instituições de estudos sobre comunicação social.
- Percentagem feminina de estudantes instituições de estudos sobre comunicação social: o número de estudantes



femininas instituições de estudos sobre comunicação social como uma percentagem de todos os estudantes instituições de estudos sobre comunicação social.

- Percentagem de fontes noticiosas femininas: o número de mulheres referenciadas como fontes na comunicação social expresso como uma percentagem de todas as pessoas referenciadas como fontes.

### SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA

- Mulheres que usam anticonceptivos: A percentagem de mulheres entre os 15 e 46 anos que reportam usar uma forma moderna de anticonceptivo.
- Partos assistidos por pessoal qualificado: A percentagem de partos num dado ano na qual as mulheres são assistidas por pessoal formado, tais como partiurantes ou enfermeiras.
- Rácio da mortalidade materna: O número de mulheres que morrem enquanto grávidas ou dentro de 42 dias após o término da gravidez para cada 100.000 nados vivos.

### HIV e SIDA

- Conhecimento compreensivo sobre o HIV e SIDA: A percentagem de mulheres com 15 anos que podem

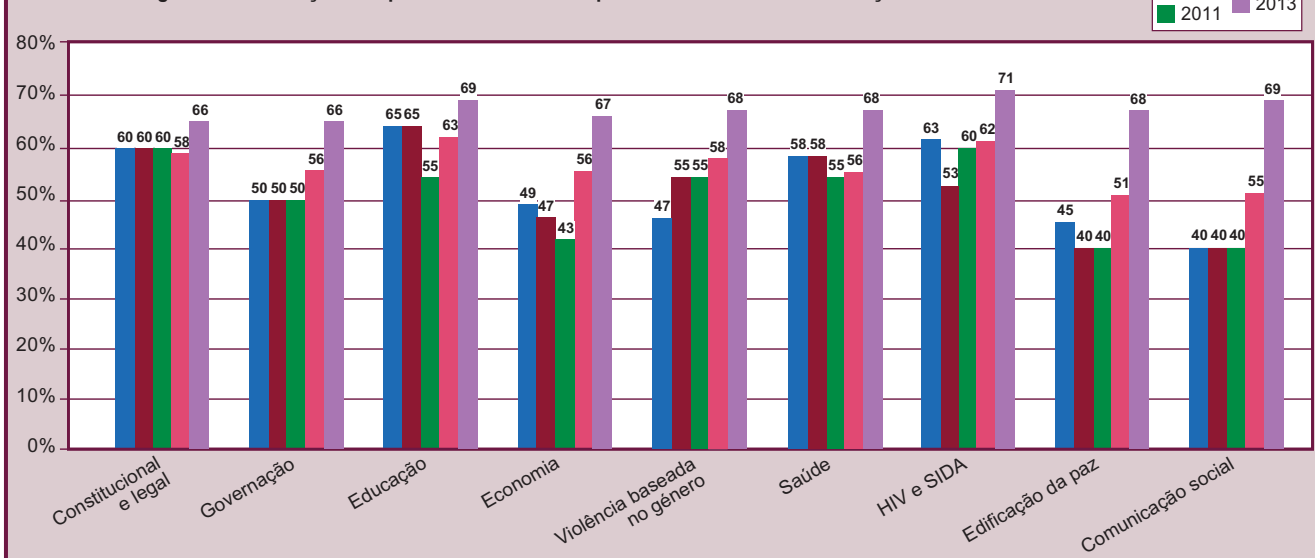
correctamente responder questões específicas sobre HIV e SIDA.

- Vivendo com HIV como proporção do total: O número de mulheres seropositivas expresso como uma percentagem de todas as pessoas seropositivas.
- Mulheres grávidas seropositivas que recebem PTVH: O número de mulheres grávidas seropositivas que recebem tratamento contra transmissão vertical expresso como uma percentagem de mulheres grávidas seropositivas.

### GOVERNAÇÃO

- Parlamento: A percentagem de deputadas. A mensuração inclui ambas as cameras (alta e baixa) para países com mais de uma cámara.
- Governo local: A percentagem de vereadoras/representantes do município que são mulheres.
- Conselho de Ministros: A percentagem de membros do conselho de ministros que são mulheres. A mensuração inclui vice-ministros e secretários de estado que são membros do conselho de ministros. Igualmente, inclui o Presidente se ele/ela é membro do conselho de ministros.

Figura VII: Pontuação comparativa dos sectores partindo do Cartão de Pontuação do Cidadão



A Figura VII mostra a tendência do CSC por sector de 2009 - 2013. Ao longo dos últimos cinco anos o sector da comunicação social alcançou o mais alto aumento da Pontuação dos Cidadãos, de 40%, em 2009, a 69, este ano. Isto pode reflectir o trabalho aturado no sector da comunicação social com 109 instituições da comunicação social em 13 países, juntando-se aos Centros de Excelência

de Género e Comunicação Social. Segue-se por perto o sector da construção da paz com um aumento percentual de 23 pontos, de 45%, em 2009, a 68%, em 2013. Talvez reflecta a mobilização feita pelo líder do grupo temático - o Instituto para Estudos de Segurança (ISS) ao longo do ano passado, construindo um dos grupos temáticos mais fortes dentro da Aliança.

Embora a educação sempre ficou melhor classificada dado as tendências positivas no sector, a sua pontuação apenas mexeu-se por quatro pontos percentuais (65% a 69%) desde 2009. De forma interessante, a VBG aparece como número três na classificação do CSC. Isto pode ser atribuído às campanhas dos Dezanove Dias de Activismo contra a Violência contra a Mulher e planos de acção multisectoriais que se enraizaram em muitos países. Quase todos os países da SADC têm alguma forma de estratégia ou plano de acção para lidar com a violência, bem como uma legislação extensiva. Talvez isto explique porque apesar das taxas alarmantes da VBG, os cidadãos olham os seus governos como capazes de cumprir com as suas metas da VBG.

Figure VIII compara a pontuação do SGDI (pontuação empírica) e do CSC (percepção) nos seis sectores onde ambos estão pontuados. Embora as pontuações foram construídas de forma diferente, as tendências são interessantes, visto reflectirem a extensão até a qual as percepções e realidade convergem ou divergem. O gráfico mostra que:

- O SGDI classifica a educação no topo (94%) enquanto o CSC com 69% classifica a educação como número dois na região.
- O SDGI classifica os recursos produtivos em segundo, enquanto o CSC classifica a educação em segundo. O SDGI captura uma relativamente estreita gama de indicadores económicos. Os mesmo não incluem o acesso à terra, financiamentos e recursos produtivos. A divergência entre o SGDI e CSC é por conseguinte não surpreendente.
- As positivas percepções dos cidadãos sobre o HIV e SIDA podem ser atribuídas ao tremendo aumento no acesso de anti-retrovirais, Prevenção da Transmissão Vertical e políticas de trabalhos de cuidados.
- Ambos o SGDI e CSC classificam a governação por último. A pontuação empírica do SGDI de quase 50% reflecte a realidade de que a média da representação das mulheres em posições de tomada de decisões políticas - uma média entre 20% a 25% para o

parlamento, município e conselho de ministros - está à metade donde devia estar. A pontuação do CSC (66%) reflecte o desejo dos cidadãos para os seus governos redobram os esforços nesta área.

- O CSC pontua a comunicação social no topo embora o SGDI classifica a comunicação social em terceiro lugar. A pontuação do SGDI sobre comunicação social inclui a representação das mulheres na formação, dentro da comunicação social, na gestão da comunicação social, e nos conteúdos da comunicação social. As primeiras duas categorias tendem a desequilibrar a pontuação porque as mulheres são relativamente numerosas nas duas categorias. Porém, estão duramente ausentes da tomada de decisões e como fontes noticiosas. Porque o SGDI é quantitativo, não mede a representação da mulher na comunicação social. Isto, mais do que qualquer outro factor pode justificar a esporádica baixa pontuação do CSC. A divergência entre as duas pontuações mostra que ambas são importantes na compreensão do que está a acontecer dentro dum sector.

